



Mercosul: Conjuntura e Perspectivas

ANDRÉ AVERBUG*

RESUMO Este trabalho analisa os avanços obtidos no processo de integração do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) desde o Tratado de Assunção até o presente. Ênfase é dada à análise dos resultados macroeconômicos da região e do fluxo de capitais intra- e extra-regional. A atualização do processo de integração é feita por meio da análise da atual conjuntura do bloco no que diz respeito à zona de livre comércio, à união aduaneira e à formação de um mercado comum. São abordados aspectos legais, comerciais e trabalhistas, sugerindo-se também que a evolução do Mercosul, que poderia culminar com a formação de uma moeda comum, depende diretamente de uma melhor coordenação das políticas macroeconômicas e cambiais dos países envolvidos e da estabilidade de suas economias (isto é, controle dos déficits fiscal e de conta corrente e dos níveis de inflação).

ABSTRACT This article analyzes the progress obtained in the process of integration of the Southern Cone Common Market (Mercosul) since the Assunção Treaty. The paper focuses on the analysis of macroeconomic data and the intra- and extra-regional capital flows. An update of the integration process is done through the analysis of the current outlook of the block's free-trade zone, custom union, and the formation of a common market. Legal, commercial and labor aspects are also covered. The article suggests that the evolution of Mercosul depends on a better coordination of the macroeconomic policies of its members and the stability of their economies (i.e., the control of fiscal and current account deficits and inflation).

* Economista do Convênio BNDES/Pnud. O autor agradece a orientação de Maurício Mesquita Moreira, bem como os comentários de Armando Castelar Pinheiro e Elba Cristina Lima Rêgo, e ressalva que os eventuais erros remanescentes são de sua responsabilidade.

1. Introdução

A formação do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) foi a resposta sul-americana às exigências da nova dinâmica da economia mundial. O novo bloco representou o ponto culminante de uma tendência que vinha se fortalecendo desde os anos 50, quando a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) já estimulava maior integração e cooperação regional, e se alastrou pelas décadas seguintes, em meio ao processo de globalização. A necessidade de maior integração entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai vinha se tornando evidente, uma vez que, na atualidade, países vizinhos do porte dos dois primeiros, principalmente, não devem permanecer isolados.

O processo de integração regional oficializou-se em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, e vem se desenvolvendo gradualmente até os dias de hoje, com a instituição de uma zona de livre comércio, uma união aduaneira e a criação de um mercado comum entre os quatro países. Os planos de integração atualmente são ainda mais ambiciosos, já existindo acordos bilaterais do Mercosul com Chile e Bolívia, além de outros blocos regionais americanos, e a idéia da formação de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O artigo começa com uma breve introdução ao Tratado de Assunção, seguida da apresentação da conjuntura do bloco no que diz respeito à zona de livre comércio, à união aduaneira, à constituição de um mercado comum e à coordenação de políticas macroeconômicas e cambiais. Finalmente, é feita uma análise dos dados macroeconômicos mais recentes da região e da dinâmica do fluxo de investimentos.

2. O Tratado de Assunção

Assinado em 1991 entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, o Tratado de Assunção foi um acontecimento decisivo no processo de integração econômica do Mercosul, pois previa a formação de uma zona de livre comércio, uma união aduaneira e a constituição de um mercado comum entre os quatro países, com a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos. Os principais objetivos eram promover o comércio intra-regional, modernizar a economia local e projetar a região de forma competitiva no mercado internacional.

A data limite instituída para adoção dessas medidas foi 1º de janeiro de 1995. Porém, como veremos adiante, devido à complexidade que envolve a integração de países com características econômicas, políticas, sociais e culturais distintas, o processo como um todo teve de ser adiado e está se desenvolvendo de forma mais gradual do que o previsto anteriormente. O Tratado de Assunção atesta que o Mercosul seria formado por [Rêgo (1995)]:

- programa de liberalização comercial, baseado em reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas, e na eliminação de restrições comerciais de qualquer natureza, com a zeragem das tarifas para o comércio intra-regional;
- coordenação gradual das políticas macroeconômicas e setoriais;
- estabelecimento de tarifa externa e políticas comerciais comuns, que propiciem o aumento da competitividade dos quatro países;
- adoção de acordos setoriais;
- fixação, durante a constituição do mercado comum, de um regime geral de origem, de cláusulas comuns de salvaguarda e de um sistema provisório de solução de controvérsias; e
- harmonização legislativa em áreas pertinentes.

Dos três principais pontos que compõem o Mercosul, a integração comercial, apesar das disputas e conflitos entre os países membros, é a área onde maiores avanços podem ser notados. A união aduaneira, a despeito dos progressos, ainda gera muita polêmica e conflitos de interesses, e o processo de constituição de um mercado comum propriamente dito (isto é, livre circulação de bens, serviços, capital e mão-de-obra) ainda requer muito esforço e compromisso, principalmente no que diz respeito ao fluxo de serviços e mão-de-obra. A coordenação das políticas macroeconômicas e cambiais, indispensáveis para a viabilidade de um mercado comum, também se encontra em fase inicial de execução. Esses temas serão abordados em seguida.

3. Zona de Livre Comércio

A partir de 1º de janeiro de 1995, como previsto pelo Tratado de Assunção, a grande maioria dos produtos comercializados entre os quatro países membros já circulava com isenção de impostos. Não obstante, cada país teve

direito a um regime de adequação que visava proteger uma lista limitada de produtos considerados "vulneráveis" à competição externa. A lista inclui 29 produtos do Brasil, 212 da Argentina, 432 do Paraguai e 963 do Uruguai, os quais vêm perdendo esse privilégio gradualmente, pois o prazo de adequação terminará, a princípio, em 2006 para o Paraguai e em 2001 para os demais países. A lista de adequação brasileira encontra-se na Tabela 1.

As estatísticas mostram que o objetivo de promover o comércio intra-regional foi alcançado com êxito. Para se ter uma idéia, entre 1991 e 1997 as exportações intrazona em relação às exportações totais passaram de 11,1% (US\$ 5,1 bilhões) para 24,7% (US\$ 20 bilhões). Em 1997, as exportações intra-regionais que mais cresceram foram as do Brasil (23,1%), seguidas pelas do Uruguai e da Argentina. A região já absorve 17,1% das exportações do Brasil, que, por sua vez, consumiu 29,6% das exportações da Argentina e 37,1% do Paraguai nos primeiros nove meses de 1997. No setor automobilístico argentino, 90% das exportações destinam-se ao Brasil, originando o termo *Brasil dependencia*. A Argentina, entretanto, destacou-se em 1997 como o país com o melhor saldo comercial intra-regional (superavitário em US\$ 2 bilhões, ou 22% das suas exportações), enquanto o Brasil encontra-se em situação deficitária (US\$ 400 milhões), devido ao saldo negativo com a Argentina e o Uruguai. O comércio bilateral Brasil-Argentina representa aproximadamente 75% do fluxo total da região [*Gazeta Mercantil Latino-Americana* (16-03-98)]. As operações comerciais intra-regionais estão resumidas na Tabela 2.

Não obstante, são comuns os conflitos comerciais entre as quatro partes, que tendem a adotar medidas protecionistas de acordo com seus interesses comerciais. O Brasil, por exemplo, adotou a Resolução Secex 37/97, que exige dos importadores brasileiros uma justificativa de suas compras junto ao governo, desacelerando o processo de importação devido à burocracia envolvida na questão. Os demais países, que consideram a Resolução uma desobediência ao Tratado de Assunção, acusarão o Brasil formalmente na próxima reunião da Comissão de Comércio do Mercosul. Outras divergências e atritos vêm acontecendo no Mercosul, como resumido a seguir:

- o Brasil aumentou a tarifa de importação extrabloco do leite e seus derivados de 27% para 33%, enquanto a Argentina optou por cobrar apenas 19%, levantando suspeitas de triangulação comercial;
- a Argentina pretende reduzir a alíquota de importação de bens de capital para países não pertencentes ao bloco, vulnerabilizando as exportações brasileiras;

TABELA 1

Regime de Adequação de Produtos do Brasil

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	01-01-97	01-01-98	01-01-99
2008.70.10	Pêssegos, em água edulcorada, incluídos os xaropes ^a	6	3	0
2008.70.90	Outros pêssegos	6	3	0
2204.21.00	Outros vinhos; mostos de uvas cuja fermentação tenha sido impedida ou interrompida por adição de álcool, em recipientes de capacidade não superior a dois litros ^b	8	4	0
2204.29.00	Outros vinhos; mostos de uvas cuja fermentação tenha sido impedida ou interrompida por adição de álcool	8	4	0
4008.11.00	Chapas, folhas e tiras, de borracha alveolar	6	3	0
4008.19.00	Varetas e perfis de borracha alveolar	6	3	0
4008.21.00	Chapas, folhas e tiras, de borracha não-alveolar	6	3	0
4008.29.00	Varetas e perfis de borracha não-alveolar	6	3	0
4009.10.00	Tubos de borracha vulcanizada não reforçados com outras matérias nem associados de outra forma com outras matérias, sem acessórios	6	3	0
4009.20.10	Tubos de borracha vulcanizada reforçados apenas com metal ou associados de outra forma apenas com metal, sem acessórios	6	3	0
4009.20.90	Outros tubos de borracha vulcanizada reforçados apenas com metal ou associados de outra forma apenas com metal, sem acessórios	6	3	0
4009.30.00	Tubos de borracha vulcanizada reforçados apenas com matérias têxteis ou associados de outra forma apenas com matérias têxteis, sem acessórios	6	3	0
4009.40.00	Tubos de borracha vulcanizada reforçados com outras matérias ou associados de outra forma com outras matérias, sem acessórios	6	3	0
4009.50.10	Tubos de borracha vulcanizada não endurecida, com acessórios, que suporte uma pressão de ruptura mínima de 17,3 Mpa	6	3	0
4009.50.90	Outros tubos de borracha vulcanizada não endurecida, com acessórios	6	3	0
5111.11.10	Tecidos de lã cardada, de peso não superior a 300 g/m ²	7	4	0
5111.11.20	Tecidos de pêlos finos cardados, de peso não superior a 300 g/m ²	7	4	0
5111.19.00	Outros tecidos contendo pelo menos 85%, em peso, de lã cardada ou de pêlos finos cardados	7	4	0
5111.20.00	Outros tecidos de lã cardada ou de pêlos finos cardados, combinados principal ou unicamente com filamentos sintéticos ou artificiais	7	4	0
5111.30.90	Outros tecidos de lã cardada ou de pêlos finos cardados, combinados principal ou unicamente com fibras sintéticas ou artificiais descontínuas	7	4	0
5111.90.00	Outros tecidos de lã cardada ou de pêlos finos cardados	7	4	0
5112.11.00	Outros tecidos de lã penteada ou de pêlos finos penteados, de peso não superior a 200 g/m ²	7	4	0
5112.19.10	Outros tecidos de lã penteada, contendo pelo menos 85%, em peso, de lã	7	4	0
5112.19.20	Outros tecidos de pêlos finos penteados, contendo pelo menos 85%, em peso, de pêlo fino	7	4	0
5112.20.10	Outros tecidos combinados principal ou unicamente com filamentos sintéticos ou artificiais, de lã penteada	7	4	0
5112.20.20	Outros tecidos combinados principal ou unicamente com filamentos sintéticos ou artificiais, de pêlos finos penteados	7	4	0
5112.30.10	Outros tecidos combinados principal ou unicamente com fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, de lã penteada	7	4	0
5112.30.20	Outros tecidos combinados principal ou unicamente com fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, de pêlos finos penteados	7	4	0
5112.90.00	Outros tecidos de lã penteada ou de pêlos finos penteados	7	4	0

^aMargem de preferência de 100% para uma quota anual de 150 mil latas de até 1 kg cada.

^bMargem de preferência de 100% para uma quota anual de 20 mil caixas de 12 garrafas de 0,75 l, sujeitas a um preço mínimo de de US\$ 10,80 por caixa.

TABELA 2

Exportações Intra-Regionais do Mercosul – 1993/97

(Em US\$ Milhões)

ORIGEM	DESTINO	1993	1994	1995	1996	1997
Argentina		3.674	4.804	6.769	7.925	8.996
	Brasil	2.811	3.655	5.484	6.615	7.752
	Paraguai	355	498	631	584	556
	Uruguai	508	650	654	726	688
Brasil		5.387	5.921	6.154	7.305	9.043
	Argentina	3.659	4.136	4.041	5.170	6.767
	Paraguai	952	1.054	1.301	1.325	1.406
	Uruguai	776	732	812	811	870
Paraguai		287	340	465	660	799
	Argentina	65	67	63	96	115
	Brasil	215	264	383	521	631
	Uruguai	7	10	20	44	53
Uruguai		675	891	995	1.234	1.331
	Argentina	284	375	265	271	314
	Brasil	375	491	705	913	959
	Paraguai	16	24	25	50	58
Mercosul		10.024	11.956	14.154	17.124	20.169
	Argentina	3.674	4.804	6.769	7.925	8.996
	Brasil	5.387	5.921	6.154	7.305	9.043
	Paraguai	287	340	465	660	799
	Uruguai	675	891	995	1.234	1.331

Fontes: Sistema Dataintal (Bidintal) e Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).

Base: Dados fornecidos pelas respectivas fontes oficiais de cada país.

- o Paraguai exercerá rígido controle sobre as importações de produtos brasileiros em represália às dificuldades encontradas em exportar para o Brasil;
- autoridades paraguaias confiscaram um carregamento de maçãs argentinas por não cumprir exigências fitossanitárias, e a Argentina, em represália, proibiu a entrada de seu gado em território paraguaio;
- o Uruguai acusa o Brasil de dificultar a entrada de seus carros no mercado brasileiro e ameaça com represálias; e
- a Argentina e o Brasil divergem quanto às políticas de comércio do açúcar, pois o mercado argentino funciona sem subsídios e se encontra comple-

tamente desregulado, enquanto no Brasil o governo intervém regularmente na produção.

Embora em muitos casos o motivo das medidas restritivas seja legítimo (irregularidades na fiscalização, problemas de ordem higiênica e sanitária etc.), por trás deste fenômeno está um dos grandes problemas enfrentados pelos países latino-americanos nos últimos anos: o déficit em conta corrente. Essa preocupação faz com que o Brasil e seus parceiros se aproveitem de qualquer pretexto para impor medidas que dificultem a importação e estimulem a exportação. O protecionismo ainda tende a se acentuar depois da recente crise ocorrida na Ásia, já que a desvalorização das moedas dos países daquela região tornou seus produtos mais competitivos no mercado internacional, ameaçando as exportações latino-americanas e podendo piorar sua situação deficitária.

4. União Aduaneira

A união aduaneira consiste em uma série de medidas que visam harmonizar as políticas comerciais do Mercosul em relação a terceiros. O alicerce que sustenta esta união é a Tarifa Externa Comum (TEC) – uma série de taxas de importação comuns aos quatro países sobre os produtos vindos de fora –, que se situa entre 0% e 23% para aproximadamente 90% do universo tarifário, com os 10% restantes sendo parte da lista de exceções e devendo convergir gradualmente até o ano 2006 [Edições Aduaneiras Ltda. (1998)].

A lista de exceções possibilita que os países possam se adaptar às novas condições competitivas do mercado internacional, permitindo a cobrança de tarifas diferenciadas sobre certos produtos de acordo com suas necessidades comerciais. Tarifas elevadas são cobradas sobre produtos considerados sensíveis à concorrência externa, ao passo que taxas reduzidas são aplicadas sobre certos bens estratégicos (bens de capital usados na fabricação de produtos de exportação, bens não produzidos no mercado interno etc.) Cada país incluiu na lista cerca de 300 posições tarifárias (este número tornou-se flexível devido às particularidades da economia de cada membro: o Brasil incluiu apenas 233 e o Paraguai 399), que seriam eliminadas até 2001 e 2006, dependendo do caso. A lista brasileira inclui desde bens de capital como laminadores de tubos para a indústria (tarifa de 20% neste ano) até bens de consumo como toca-fitas (32%), máquinas de costura (20%), secadores de cabelo (29%), marcapassos cardíacos (10%) etc.

Com a finalidade de evitar a circulação de produtos “triangulados” de nações não pertencentes ao bloco, foram criadas também regras de origem, as quais estabelecem que bens comercializados entre os quatro países somente

circularão livre de tarifas se no mínimo 60% de seus insumos tiverem sido produzidos dentro da região. A regra aplica-se inclusive a bens de capital, produtos listados como exceções e mercadorias submetidas a regimes de salvaguardas. Mais uma vez, algumas concessões estão sendo feitas de acordo com a realidade de cada país (ao Paraguai foi permitido um nível de nacionalização de apenas 50% para certos produtos e o Uruguai mantém acordos bilaterais com Brasil e Argentina que favorecem a exportação de 288 produtos para o primeiro e 1.500 para o segundo), mas tais privilégios deverão se extinguir gradualmente até 2001.

O regime aduaneiro comum para o setor automobilístico deverá entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 2000, segundo a Decisão 21/97 do Conselho do Mercado Comum. Atualmente, o Imposto de Importação de automóveis no Brasil é de 49%, sendo que montadoras habilitadas no sistema automotivo brasileiro pagam 24,5%. Na Argentina, o Imposto de Importação é de 23% e metade também para montadoras instaladas no país. Ambos os países pretendem adotar uma TEC de 35% para importações automotivas, mas a alíquota preferencial para empresas estabelecidas em um dos quatro países do Mercosul ainda não foi confirmada.

5. Mercado Comum

Por definição, em um mercado comum, bens, serviços, capital e mão-de-obra circulam livremente entre os Estados membros, não havendo obstáculos relacionados com a nacionalidade dos cidadãos, e se espera uma harmonização legislativa em questões trabalhistas e previdenciárias. Entretanto, ao contrário do intercâmbio de mercadorias e do fluxo de capitais que vêm se desenvolvendo progressivamente, a circulação de capital humano entre os países do Mercosul continua extremamente burocratizada.

Os processos de imigração continuam complexos. No Brasil, por exemplo, imigrantes de outros países do Mercosul encontram dificuldades para constituir negócios (é obrigatório haver um sócio brasileiro envolvido), reconhecer diplomas universitários ou colocar seus filhos na escola (os sistemas de ensino são muitas vezes incompatíveis, embora já haja uma tabela de equivalência acadêmica que facilite a transferência de alunos). Também há uma profunda desarticulação legislativa no que diz respeito à previdência social, fazendo com que um estrangeiro não consiga ter seus anos de trabalho computados para soma de tempo de serviço de aposentadoria. Por enquanto, também não é permitida a remessa de contribuições para fundos de pensão de um país para o outro, limitando o fluxo deste tipo de capital.

O projeto de integração social e comunitária do Mercosul é ainda precário, principalmente quando comparado aos progressos obtidos pela União Européia. A Argentina abriu suas fronteiras a trabalhadores bolivianos como parte de um acordo de integração energética entre os dois países, mas nada de concreto foi feito ainda em relação aos seus parceiros de bloco. O Fórum Consultivo Econômico e Social do Mercosul recomendou a ratificação de 34 convenções da Organização Internacional do Trabalho que significariam grande avanço nas relações trabalhistas multilaterais, mas somente 12 delas foram aprovadas até agora. Embora o Mercosul tenha avançado bastante nas questões comerciais, ainda há um longo caminho a ser percorrido nas questões sociais, e até então não se poderá falar em mercado comum.

6. Coordenação das Políticas Macroeconômicas e Cambiais

O processo de integração econômica do Mercosul evoluiu consideravelmente nos últimos anos, mas atualmente tem sido mais lento devido às divergências políticas, ideológicas e principalmente econômicas entre seus membros. Por "divergências econômicas" entendem-se os problemas e as discrepâncias de nível macroeconômico existentes entre os quatro países, ou, em outras palavras, suas políticas cambiais e seus níveis de déficit público e fiscal e de inflação.

A necessidade de melhor coordenação macroeconômica entre os países do Mercosul vem se tornando evidente. Mais uma vez, o caso da União Européia nos serve de exemplo. Como exigência do processo de unificação do continente, os países europeus estão tendo que padronizar suas políticas econômicas antes de aderirem a uma moeda comum (euro) e darem seguimento à integração econômica. Foram estipulados níveis máximos de tolerância para inflação, déficit fiscal e dívida pública. Estas exigências possuem função estratégica dupla: *a)* preparar os países para a adoção da moeda comum; e *b)* forçá-los a manter suas economias funcionando dentro de padrões toleráveis, inclusive sob a supervisão dos demais membros. Para que o último objetivo seja alcançado, está havendo uma visível melhora na transparência dos dados econômicos por parte dos governos locais. Com a inflação sob controle no Brasil e na Argentina, esta espécie de coordenação já se tornaria viável no Mercosul.

Embora a questão da moeda única ainda não seja prioridade na pauta dos líderes do Mercosul, o bloco pode vir a ganhar com a adoção de políticas semelhantes às mencionadas acima. A obrigação de controlar as taxas de inflação, o déficit fiscal e o nível de endividamento, entre outros fatores, traria estabilidade econômica à região, fazendo com que sua credibilidade

no mercado internacional aumentasse substancialmente. A adoção de uma moeda comum aconteceria naturalmente, uma vez que as políticas mencionadas acima se consolidassem ao longo dos anos.

Porém, antes de uma unificação monetária, seria necessária a adoção de uma política cambial (transitória) coordenada entre as quatro economias, principalmente a argentina e a brasileira, que consistiria na adoção de uma banda de variação cambial entre as moedas locais, com o propósito de sincronizar os câmbios de forma coerente com a realidade econômica dos países envolvidos [ver Lavagna e Giambiagi (1998)]. Com o tempo, se fosse consolidada a estabilidade nas bandas cambiais intra-regionais, a moeda única do Mercosul se tornaria prioridade para os governantes locais.

A existência de uma moeda única, ou mesmo de uma banda cambial, exigiria um nível de coordenação jamais visto entre economias latino-americanas. As autoridades econômicas de cada país teriam que se reunir periodicamente para discutir os resultados e fazer possíveis ajustes. Até mesmo um órgão regulador regional (uma espécie de banco central para a área) viria a ser necessário. Este é um processo delicado, pois representaria uma grande perda de soberania por parte das autoridades nacionais no que diz respeito à implementação de políticas monetárias e fiscais. O impacto político dessa medida se tornaria um obstáculo ao processo unificador. Ademais, as reformas fiscais e monetárias exigidas para a unificação poderiam ter também um custo social relacionado com o possível aumento no nível de desemprego que costuma acompanhar esses tipos de ajustes. Entretanto, a convergência cambial reduziria significativamente o custo das transações intrabloco, além de estimular o fluxo de investimentos diretos na região devido à estabilidade das moedas locais e da economia como um todo, resultado do cumprimento das exigências fiscais e monetárias pré-unificação.

7. Desempenho Macroeconômico e Fluxo de Capitais

Desempenho Macroeconômico

O ano de 1997 foi marcado por progressos e retrocessos nos diferentes indicadores econômicos dos países do Mercosul. No lado positivo pode-se destacar o crescimento médio de 4,8% no Produto Interno Bruto (PIB) da região, acompanhado por reduzidas taxas anuais de inflação (média de 3,2%) e uma estabilização das taxas de câmbio reais [Bouzas *et alii* (1998)]. A Tabela 3 apresenta a evolução dos principais indicadores macroeconômicos da região desde 1994.

TABELA 3

Desempenho Macroeconômico do Mercosul – 1994/98

INDICADOR	1994	1995	1996	1997 ^a	1998 ^b
PIB Real – Taxa de Crescimento Anual (%)					
Argentina	7,5	-5,0	3,5	8,0	3,8
Brasil	5,8	3,9	3,1	3,5	0,8
Paraguai	2,9	4,5	1,3	2,5	3,4
Uruguai	6,4	-2,3	4,8	6,5	4,2
Mercosul	6,3	1,4	3,2	4,8	1,7
Inflação (IPC) – Taxa de Crescimento Anual (%)					
Argentina	3,9	1,6	0,1	-0,1	1,9
Brasil	929,3	22,0	9,1	4,1	4,2
Paraguai	18,3	10,6	8,2	6,2	9,8
Uruguai	44,1	35,4	24,3	15,7	13,1
Mercosul	651,6	16,5	6,9	3,2	3,8
Conta Corrente – US\$ Milhões					
Argentina	(9.363)	(2.446)	(4.005)	(9.800)	(12.128)
Brasil	(1.153)	(17.972)	(24.347)	(33.800)	(26.999)
Paraguai	(754)	(495)	(635)	(820)	(896)
Uruguai	(439)	(213)	(296)	(300)	(354)
Mercosul	(11.709)	(21.126)	(29.283)	(44.720)	(40.377)
Câmbio Real – Taxa de Crescimento Anual (IV Trim./IV Trim. – %)					
Argentina	-0,6	0,9	3,0	1,5 ^b	n.d.
Brasil	35,1	-7,3	-2,0	2,7 ^b	n.d.
Paraguai	-7,9	-5,0	1,2	1,9 ^b	n.d.
Uruguai	-7,5	-6,5	1,5	2,4 ^b	n.d.

Fontes: Os dados para o período 1994/97 são da Cepal, exceto o tipo de câmbio real tendo por base o CEI, Comércio Exterior Argentino, em outubro de 1997; as previsões para 1998 são da The Economist Intelligence Unit.

^aEstimativa preliminar.

^bEstimativa.

O crescimento da região em 1997 só não foi maior devido à crise asiática, que começou em outubro e se alastrou pelo resto do ano, ocasionando um impacto negativo principalmente sobre o Brasil e a Argentina e provocando um aumento nas taxas de risco locais devido à desconfiança dos investidores estrangeiros. Este fato, somado aos déficits público e comercial, obrigou os dois países a tomarem rígidas medidas fiscais e monetárias (no Brasil, ajuste fiscal em

outubro de 1997 e reforma da previdência anunciada em fevereiro de 1998 e, na Argentina, pacote de medidas anunciado também em fevereiro) para acalmar o mercado financeiro e garantir o crescimento econômico sustentado de longo prazo. Estes choques (principalmente o ajuste fiscal brasileiro) foram eficientes para melhorar as expectativas em relação à estabilidade econômica dos países, mas tiveram conseqüências recessivas que, entre outros fatores, elevaram as taxas de desemprego, criando tensões políticas.

No entanto, a Tabela 3 nos mostra ainda que o principal problema enfrentado por esses países vem sendo o déficit em conta corrente (no caso do Brasil, atualmente, o déficit fiscal, em torno de 7% do PIB, tende a preocupar mais). O déficit agregado na balança de transações correntes da região em 1997 cresceu quase 50% em relação ao ano anterior, chegando a cerca de US\$ 45 bilhões. Na Argentina o déficit alcançou US\$ 9,8 bilhões (2,8% do PIB) e no Brasil US\$ 34 bilhões (4% do PIB). As importações argentinas cresceram quatro vezes mais que as exportações (25% e 6%, respectivamente) e no Brasil a diferença foi de 15,7% contra 8,2%. Os principais fatores que servem de obstáculo à competitividade brasileira no comércio exterior são o câmbio apreciado, o nível de produtividade ainda inferior ao dos países industrializados e a reduzida taxa de poupança doméstica em relação ao PIB (atualmente em torno de 20%).

Fluxo de Capitais

No que diz respeito ao fluxo de capitais, 1997 foi um ano excelente para a região, principalmente para o Brasil e a Argentina. Até dezembro, as reservas internacionais argentinas chegavam a US\$ 20,4 bilhões e as brasileiras alcançavam US\$ 60 bilhões (o Brasil perdeu US\$ 8 bilhões durante o auge da crise asiática no esforço para manter o real estável, mas se recuperou e em maio de 1998 já acumulava cerca de US\$ 73 bilhões). Só em 1997 o país recebeu um total de US\$ 18 bilhões em investimentos estrangeiros diretos (IEDs), 88% mais que no ano anterior [*Gazeta Mercantil Latino-Americana* (16-03-98)]. Os principais motivos para esse aumento substancial no fluxo de IEDs para a região foram a estabilização e a maior abertura das economias locais, o sólido crescimento econômico e os programas de privatização e desregulamentação promovidos principalmente na Argentina e no Brasil.

Os IEDs entram na região através de privatizações, fusões, aquisições (principalmente nos setores de manufaturados e de serviços) e exploração de recursos naturais. No Brasil, entre 1991 e 1996 a participação estrangeira nas fusões e aquisições de empresas privadas aumentou de 25% para 49%. A tendência sobre o fluxo de IEDs para os próximos anos é animadora:

segundo o Centro de Estudos para a Produção da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração da Argentina, para o período 1997/2000 a expectativa é de que os IEDs atinjam US\$ 14 bilhões anuais, três vezes mais que no período 1990/96; no Brasil, segundo estimativas oficiais, com a privatização de serviços públicos como a telefonia e a eletricidade, aproximadamente US\$ 60 bilhões fluirão para o país entre os anos de 1997 e 2000. A Tabela 4 apresenta os IEDs na região no período 1993/97 e sua proporção em relação ao resto do mundo.

Quanto aos investimentos intra-regionais, no entanto, ainda há um longo trajeto a ser percorrido. O fluxo de investimentos entre os países do bloco é modesto em relação ao IED total e em grande parte provém do processo de privatização desencadeado, principalmente, no Brasil e na Argentina (as participações do Paraguai e do Uruguai são limitadas devido aos seus tamanhos e sistemas financeiros e industriais menos desenvolvidos). Os investimentos diretos anuais dos membros do Mercosul no Brasil aumentaram de US\$ 89,2 milhões em 1991 para US\$ 533,1 milhões em 1994 [Sepúlveda e Vera (1997)]. Em 1997 a Argentina investiu US\$ 450 milhões no Brasil, com destaque para a participação na operação de redes viárias, em empresas elétricas e nas indústrias de alimentos, autopeças e bebidas, enquanto o Brasil investiu US\$ 425 milhões na Argentina, tornando-se o seu oitavo país investidor [*Gazeta Mercantil Latino-Americana* (16-03-98)]. A Tabela 5 mostra o histórico recente do fluxo de investimentos entre os dois países.

TABELA 4

Investimento Estrangeiro Direto no Mercosul – 1993/97

FLUXO DE IEDs PARA (US\$ Milhões):	1993	1994	1995	1996	1997
Argentina	3.482	603	1.319	4.285	21.399
Brasil	1.292	3.072	4.859	9.500	17.864
Paraguai	111	180	184	225	n.d.
Uruguai	102	155	124	169	n.d.
Mercosul	4.987	4.010	6.486	14.179	n.d.
FLUXO DE IEDs PARA O MERCOSUL COMO PROPORÇÃO DOS FLUXOS DE IEDs PARA (%):					
América Latina e Caribe	27,6	14,9	25,5	36,8	n.d
Países em Desenvolvimento	6,8	4,4	6,7	11,0	n.d
Mundo	2,3	1,7	2,0	4,1	n.d

Fontes: World Investment Report (1997); Banco Central do Brasil; e Ministério da Economia, Obras e Serviços Públicos da Argentina.

TABELA 5

Investimentos Bilaterais Líquidos entre Brasil e Argentina – 1993/97

(Em US\$ Milhões)

SENTIDO	1993	1994	1995	1996	1997 ^a
Brasil → Argentina	80,0	58,1	78,0	49,1	425,0
Argentina → Brasil	14,8	70,8	-17,0	n.d.	450,0

Fonte: Banco Central do Brasil.

^aEstimativa.

A tendência no fluxo de investimentos intra-regionais é de aumento. O interesse mútuo entre as quatro nações do Mercosul vem aumentando nos últimos anos, e a inclinação é em prol do crescimento dos investimentos diretos. Segundo Jorge Campbell, secretário de Relações Econômicas Internacionais da Argentina, até o final do século cerca de 360 empreendimentos conjuntos entre empresas brasileiras e argentinas gerarão investimentos superiores a US\$ 2 bilhões (US\$ 800 milhões em investimentos brasileiros na Argentina e os demais US\$ 1,2 bilhão no sentido inverso). A Tabela 6 apresenta as intenções de investimentos bilaterais entre as principais empresas argentinas e brasileiras envolvidas no processo, cujo grande obstáculo a um fluxo ainda maior parece ser a falta de informação e iniciativa. Muitos empresários e investidores ainda não se interessam em investimentos intra-

TABELA 6

Projetos de Investimento entre Brasil e Argentina

MATRIZ	FILIAL/SÓCIO	MONTANTE (US\$ Milhões)	ATIVIDADE	PERÍODO
Firmas Argentinas no Brasil				
Sancor	Sancor	300	Alimentos	1997/2000
Pérez Companc	Pérez Companc	150	Montagem de Equipamentos	1997/2000
Socma	Canale-Itrón-Sideco	150	Alimento/Comunicações	1997/2000
Impsat	Impsat Brasil	126	Telecomunicações	1997/2000
Pérez Companc/Pasa	Copesul	105	Petroquímica	1997/99
YPF-Enron	YPF-Enron	100	Combustíveis	1997/99
Techint Argentina	Techint	70	Montagem de Equipamentos	1997/98
Arcor	Arcor	50	Alimentos	1997/98
Firmas Brasileiras na Argentina				
Petrobrás	YPF-Enron	275	Petroquímica	1997/99
Petrobrás	YPF-Enron	200	Petróleo	1997
AGA Bras.	AGA Arg.	60	Gases Industriais	1997/99
Praxair	Praxair Arg.	50	Gases Industriais	1997/99
Brahma	Brahma	40	Bebidas	1997

Fonte: Embaixada da Argentina no Brasil.

bloco e não estudam as vantagens de um vínculo com seus vizinhos. Segundo pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Executivos em Finanças, Administração e Contabilidade, 58% dos 267 empresários entrevistados no Brasil afirmam que o Mercosul não proporcionou aumento significativo nos seus negócios, enquanto 41% disseram o contrário; somente 34% dos entrevistados acreditam que em 1998 o Mercosul proporcionará um aumento de até 5% nos seus negócios. Este quadro poderia se reverter mais rapidamente com uma melhor campanha de divulgação e promoção do fluxo de capitais interno.

8. Comentários Finais

Como pôde ser visto, o Mercosul avançou consideravelmente nas questões comerciais, mas ainda há o que progredir em relação à consolidação da união aduaneira e à constituição de um mercado comum com todas as suas características de integração. Além disso, muitos prazos de convergência estabelecidos no Tratado de Assunção tiveram que ser adiados e outros ainda não sabemos se serão cumpridos no tempo previsto. Não obstante, a consolidação do Mercosul vem trazendo claros benefícios de ordem econômica (comércio mais intenso, maiores investimentos intra-regionais), política (maior aproximação com seus vizinhos, apesar dos conflitos) e cultural (maior integração com a América do Sul) para o Brasil.

O Mercosul faz parte de um processo que vem se desenvolvendo ao longo dos anos e não dá sinais de que poderá ser revertido: a globalização, tendência que tem se fortificado com as novas tecnologias que permitem, por exemplo, que transações financeiras e comerciais entre países distantes sejam efetuadas em poucos segundos através de um computador. Tudo indica que o próximo passo será a consolidação, a médio ou longo prazo, de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Além disso, acordos bilaterais vêm sendo firmados com o Chile, a Bolívia, o Pacto Andino (com quem o Mercosul acaba de assinar um acordo de livre comércio que deverá entrar em vigor em 1º de janeiro de 2000) e a Comunidade Caribenha.

Alguns especialistas questionam as supostas vantagens de um mundo globalizado, e a discussão sobre a integração regional sempre será alvo de polêmicas. Entretanto, independente de concordar ou não com os rumos tomados pela economia mundial nos últimos anos, resta tirar o melhor proveito da realidade que nos circunda. Para tal, o país necessita intensificar sua competitividade no mercado internacional, aumentando a produtividade, incrementando a qualidade da mão-de-obra e, assim, viabilizando o desenvolvimento sustentado da economia.

Referências Bibliográficas

- BANCO CENTRAL DO BRASIL/FIRCE/CONAP. *Investimentos e reinvestimentos estrangeiros no Brasil*. Brasília, DF, abr. 1998.
- BOUZAS, R., *et alii*. Informe Mercosul n. 3. *Gazeta Mercantil Latino-Americana*, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 99, 09-03-98 (Semanaário do Mercosul).
- EDIÇÕES ADUANEIRAS LTDA. *TEC – Tarifa Externa Comum*. 3ª ed.; São Paulo, 1998.
- GAZETA MERCANTIL LATINO-AMERICANA. Rio de Janeiro, Ano 2, n. 100, 16-03-98 (Semanaário do Mercosul).
- LAVAGNA, R., GIAMBIAGI, F. *Hacia la creación de una moneda común: una propuesta de convergencia coordinada de políticas macroeconómicas en el Mercosur*. Rio de Janeiro: BNDES, mar. 1998 (Ensaio BNDES, 6).
- RÊGO, E. C. L. *O processo de constituição do Mercosul*. Rio de Janeiro: BNDES, 1995 (Texto para Discussão, 23).
- SEPÚLVEDA, C., VERA, A. *Mercosur: logros y desafíos*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1997 (Documentos de Trabajo, 213).